



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

THALITA TENÓRIO DE SOUSA

**AS IMPLICAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS**

CAMPINA GRANDE-PB

2017

THALITA TENÓRIO DE SOUSA

**AS IMPLICAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB) em cumprimento as exigências para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof^ª: Dr^ª. Auri Donato da Costa
Cunha

CAMPINA GRANDE-PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725i Sousa, Thalita Tenorio de.
As implicações das condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis [manuscrito] : / Thalita Tenorio de Sousa. - 2017.
31 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Auri Donato da Costa Cunha, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Condições de trabalho. 2. Catadores. 3. Reciclagem. 4. Impacto ambiental . 5. Sustentabilidade.

21. ed. CDD 363.728

THALITA TENÓRIO DE SOUSA

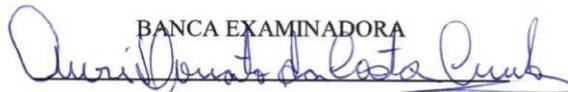
AS IMPLICAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA OS CATADORES
DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB) em cumprimento as exigências para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof^a: Dra Auri Donato da Costa
Cunha.

Aprovada em: 19/12/2017.

BANCA EXAMINADORA



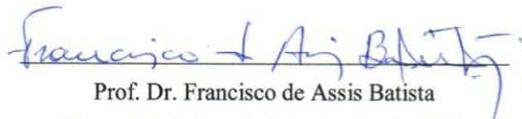
Prof. Dr. Auri Donato da Costa Cunha (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Célia de Castro

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco de Assis Batista

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu pai e minha mãe, pela dedicação,
companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente.

À espiritualidade amiga que sempre esteve ao meu lado nos momentos de alegria e tribulações, em minha estadia em Campina Grande – PB.

À minha família que sempre esteve ao meu lado me apoiando e à minha tia Dione, que me concedeu estadia durante anos.

“Na manufatura e no artesanato, o trabalhador utiliza a ferramenta; na fábrica, ele é um servo da máquina” Karl Marx.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS IMPACTOS PARA A VIDA EM SOCIEDADE: AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO, NEOLIBERALISMO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA	8
2.1 Acumulação primitiva do capital	10
2.2 Neoliberalismo e suas implicações para a classe trabalhadora	13
3. QUESTÃO AMBIENTAL: IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS ACERCA DA COLETA SELETIVA	16
3.1 O que é sustentabilidade? Como podemos adotar uma vida sustentável?	18
4. O SURGIMENTO DA ATIVIDADE DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	19
4.1 Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: conquista de espaço e organização de trabalho.....	21
4.2 Os/As catadores de materiais recicláveis: organização, lutas e conquistas.....	23
4.3 Políticas públicas e outros aparatos legais	24
5. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/AS CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: ASPECTOS NEGATIVOS QUE COMPROMETEM A SAÚDE DESTES TRABALHADORES	25
6. CONCLUSÕES	27
REFERÊNCIAS	30

AS IMPLICAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: OS IMPACTOS NEGATIVOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO QUE ACARRETAM À SAÚDE DESTES TRABALHADORES

Thalita Tenório De Sousa¹

RESUMO

O presente artigo apresenta uma breve análise sobre a necessidade de formação dos catadores para exercer a atividade de coleta seletiva de materiais recicláveis, bem como suas lutas e conquistas como categoria profissional. A escolha se deu pela experiência de estágio 2016.1 2017.2 A pesquisa realizada foi do tipo bibliográfico e documental. Na realização desse estudo nos referenciamos nos autores (Netto/2003), (Antunes/1999), (Marx/2003), (Meszáros/2011), (Magera/2003). Através do estudo foi possível fazer uma análise sobre a coleta seletiva, preservação do meio ambiente e os impactos negativos causados sobre o mesmo, considerando que na sociedade em que vivemos, a cada dia se altera e aumenta ainda mais o ritmo desenfreado de consumo. Concomitantemente a quantidade e qualidade dos resíduos que descartamos em que não percebemos que estes resíduos geram valor e renda para os catadores/as de materiais recicláveis. Vale salientar que esta atividade é uma alternativa de resgate da cidadania desses indivíduos que veem na catação de materiais recicláveis uma oportunidade de trabalho e dignidade. A maioria da sociedade pode não ter essa visão, pois ocorrem preconceitos e falsos julgamentos, acreditando que este tipo de atividade é tido por aqueles marginalizados e excluídos da sociedade e não merecem o seu respeito. Visão totalmente equivocada, pois os/as catadores/as de materiais recicláveis são os principais atores do ciclo econômico da cadeia de reciclagem e a atividade de reciclagem de resíduos sólidos é um negócio economicamente rentável, fazendo parte assim do processo do sistema capitalista, já que os materiais recicláveis possuem valor de uso e troca, constituindo parte do processo de expansão e acumulação do capital.

Palavras-Chave: Condições de Trabalho. Catadores. Materiais Recicláveis.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade, onde vivemos é dividida e estratificada. A cada dia se exacerbam mais as diferenças entre os grupos que detêm o poder e aqueles que estão à margem, despossuídos dos meios para fazer frente ao processo. Criam-se deliberadamente parâmetros para delinear quem são os sujeitos reconhecidos e os que não o são. Como estamos nos referindo a uma sociedade capitalista, onde a desigualdade é inerente ao seu sistema, às regras básicas giram

¹Aluno de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: thalytinha_sje@hotmail.com

em torno de aspectos financeiros, do lucro, consumo, acumulação. Aqueles que não conseguem se inserir no ideário de consumo e acumulação que circundam a sua ótica, serão aniquilados socialmente, serão invisíveis aos padrões impostos a dita sociedade capitalista.

Esta indiferença se dá ainda pelo preconceito e exclusão do qual são alvos aqueles que destoam da “normalidade” imposta pelo padrão capitalista. Uma categoria em especial que se vê contundentemente perpassada por este processo de exclusão, são os/as catadores/as de materiais recicláveis. Este segmento social tem crescido bastante nos últimos 50 anos, e a maioria carrega um histórico de grave exclusão socioeconômica, pois encontra na atividade de catação de materiais recicláveis sua fonte de renda e sobrevivência.

A atividade desempenhada por eles, não possui o reconhecimento social que merece, uma vez que é marcada por estigmas que se dá no nível da informalidade. Referente aos estigmas da atividade de catação, os mais evidentes são a exclusão destes trabalhadores da sociedade, muitas vezes sua atividade não é reconhecida enquanto profissão. No entanto, desde 2002 conquistou o reconhecimento como categoria profissional, oficializado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (BRASIL,2002), com o número 5192-05 como código. Ainda, no que se referem aos estigmas, estes trabalhadores não possuem condições de trabalho dignas, eles coletam os materiais em lixões ou nas ruas, colocando em risco sua própria saúde, pelo contato com materiais contaminados e agentes transmissores de doenças, esse contato é feito muitas vezes sem nenhum equipamento de proteção.

Vale ressaltar, que estes profissionais só vieram ter visibilidade, no ano de 2010 através da lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao país no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

Outro fator importante, que chama atenção são as péssimas condições de trabalho que esses profissionais enfrentam. Com um trabalho mecânico, repetitivo, pesado, ficando a mercê de adquirirem diversas lesões e doenças. . A escolha se deu pela experiência de estágio 2016.1 2017.2 A pesquisa realizada foi do tipo bibliográfico e documental.

2. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS IMPACTOS PARA A VIDA EM SOCIEDADE:AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO, NEOLIBERALISMO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA

O modo de produção capitalista que sucedeu no Ocidente, anterior ao modo de produção feudal, é hoje dominante em escala mundial. Desde a sua consolidação na passagem do século XVIII ao XIX, o capitalismo vivenciou uma complexa evolução. Para melhor entendimento do processo de consolidação do capitalismo é necessário retroagir alguns séculos. (NETTO, 2006).

O processo que configura a pré-história do capitalismo se inicia na Inglaterra, entre o século XV e o início do século XVI, consistindo na expropriação dos camponeses de suas terras, para transformar em pastagens para ovelhas. A lã era a principal exportação da Inglaterra. Os grandes senhores viam nisso uma boa oportunidade de ganhar mais dinheiro. Mais dinheiro para uns e desemprego, expropriação de terras e retirada de meios de subsistência para outros.

A expansão e acumulação do capital primitivo não foi nada de forma idílica, foi necessário expulsar, resultando em um processo sangrento e necessário para se chegar à acumulação capitalista. Os chamados “cercamentos” das terras se fizeram de forma a gerar trabalho adequado às necessidades do capital. Para ter lucro era necessário explorar a força de trabalho. Ocorreu ainda a desapropriação dos bens da Igreja Católica por ocasião da Reforma Protestante, que teve efeito sobre os camponeses na medida em que “o direito legalmente explícito dos lavradores empobrecidos a uma parte dos dízimos da Igreja foi confiscado tacitamente” (MARX, 2001, p 835).

O capitalismo desenvolveu-se sob duas formas históricas no período de acumulação primitiva. A primeira delas foi a força coletiva para aumentar a produtividade, um grande número de trabalhadores que tinham o domínio do processo produtivo, mas não mais do produto. A segunda forma foi a manufatura, constituindo uma forma de cooperação que decompõe as diversas operações de origem artesanal, ou seja, a divisão do trabalho na sua base técnica. Estas novas relações existentes, que culminou na expropriação dos trabalhadores assalariados, levou muitos destes a se transformarem em mendigos, ladrões vagabundos, sendo feito como forma de rebeldia e resistência às novas relações conflitantes.

Desde o século XV foram sendo promulgadas leis, chamadas por Marx (2003) de “sanguinárias”, pois se utilizavam de instrumentos de tortura para aqueles que se opusessem às necessidades do capital. Estes eram punidos por se transformarem em vagabundos e indigentes, a legislação sanguinária os tratavam como se eles escolhessem propositalmente este caminho.

Estas legislações começaram na Inglaterra, no reinado de Henrique VIII, que foram as seguintes: Lei Henrique VIII, lei de 1530, mendigos velhos e incapacitados para trabalhar tem direito a uma licença para pedir esmolas. Lei Eduardo VI, se um senhor denunciar um vagabundo que se recusasse a trabalhar, será condenado como seu escravo. Tem o direito de forçar a executar qualquer tipo de trabalho e se o escravo desaparecer por duas semanas, será condenado à

escravatura por toda a vida e será marcado a ferro na testa e nas costas com a letra S, se escapar pela terceira vez, será enforcado como traidor. Lei Elisabeth 1572, mendigos sem licença e com mais de 14 anos serão flagelados severamente e terão suas orelhas marcadas a ferro, se ninguém desejar seus serviços por mais de 2 anos, nos casos de reincidência, se tiver mais de 18 anos, serão enforcados. Lei Jaime I, aquele que perambula e mendiga será declarado vadio e vagabundo. Lei Luís XVI, todo homem válido de 16 a 60 anos, sem meios de existência e sem exercer uma profissão, era mandado para as galés (barcos) para países baixos.

Todas essas torturas eram legalizadas, e tidas como “leis naturais da produção”. Ao avançar a acumulação capitalista, a classe trabalhadora por educação, tradição e costume, aceitava as condições daquele modo vigente totalmente torturante. Existia mais trabalhadores e menos máquinas no início do capitalismo. Nesse mesmo período das leis sanguinárias, na Inglaterra surge o Estatuto dos Trabalhadores de Eduardo III, resultado das queixas crescentes dos mesmos. Porém não assegurava os trabalhadores, pelo contrário, só visava sua exploração, ditava um máximo para os salários, mas nunca um mínimo, como se não houvesse o mínimo, com isso piorava a situação do trabalhador no século XVIII. Ocorrendo assim o rebaixamento dos salários, a organização dos trabalhadores era proibida, intensificou-se o ritmo de trabalho com o aumento das máquinas e a expulsão da população rural fez com que eles fossem para a indústria, culminando no aumento da massa de proletariado, culminando ainda mais no rebaixamento dos salários e da mão de obra (MARX/2003).

Portanto foi possível identificar que a gênese do capitalismo não foi um processo gradativo, foi um processo de expulsão e sangrento, sendo necessário para expansão e acumulação do capital. O roubo, a rapina, a exploração, a expropriação das terras, o cercamento, todos estes processos violentos em nome da consolidação do capital, tema abordado a seguir.

2.1 Acumulação primitiva do capital

Na gênese do capitalismo, a acumulação primitiva levou pelo menos três séculos, para que muitos trabalhadores fossem reunidos e comandados por um só capitalista.

Antes da circulação mercantil capitalista, existia a circulação mercantil simples, que se expressa na fórmula (M – D – M), ou seja, mercadoria - dinheiro – mercadoria. O dinheiro era tido apenas como meio de troca e não como acumulação. Na circulação mercantil capitalista se tem agora (D – M – D), ou seja, dinheiro – mercadoria – dinheiro. Ocorre agora a diferença do produtor mercantil simples, que tem no dinheiro um mero meio de troca, com o objetivo apenas de adquirir

mercadorias para sua subsistência. O movimento do capital se exprime com a seguinte fórmula ($D - M - D'$), dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido, ou seja, o dinheiro produz mercadoria para conseguir mais dinheiro. Ai está o segredo do lucro, que constitui a força motriz do modo do capitalista. A busca pelo lucro é a razão principal da acumulação e expansão do capital, sem ela não existiria capitalismo, seria outro modo de produção, menos capitalista (NETTO/2006).

O dinheiro em si mesmo não é capital, ele se converte em capital apenas quando compra força de trabalho e outras mercadorias para produzir novas mercadorias, sendo vendidas por mais dinheiro, extraindo o lucro. O capitalista vai investir nos meios de produção, no que pode gerar lucro para ele, como por exemplo, máquinas, energia, matéria prima, entre outros.

Sob o ponto de vista do capitalista a força de trabalho, comprada dos operários é uma despesa. O preço que o capitalista pagará pela compra da força de trabalho será o salário. O valor dessa mercadoria, ou seja, da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que permitem sua manutenção ou reprodução. Esses bens devem garantir um mínimo as necessidades fisiológicas dos vendedores da força de trabalho, como alimentação, vestuário e habitação, educação, lazer.

A força de trabalho possui uma qualidade única, ela cria valor, ao ser utilizada ela produz mais valor que o necessário para produzi-la, ou seja, ela gera um valor superior ao que custa. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso. (NETTO/2003).

Já que o capitalista comprou a força de trabalho, ele tem o direito de utilizá-la por certo tempo, assim ele só compra essa força de trabalho se resultar um valor superior ao que desembolsou, do contrário, ele jamais compraria. Esse valor superior é o que se chama de excedente, o que designa a mais – valia, resultando em lucro, que é extraído da exploração da força de trabalho para expansão e acumulação do sistema capitalista (MARX/2003).

Para a acumulação e expansão do capital era necessária a extração da mais-valia. Que resulta na lei absoluta desse modo de produção. A mais-valia é assim um método para acelerar a acumulação do capital, que se dá sob o excedente, a exploração da força de trabalho.

Entra em cena o modo de produção chamado *Welfare State*, o conhecido Estado de Bem Estar social, que se generalizou entre 1945 e 1975, visando superar os efeitos da crise de 1929. Seu objetivo era restabelecer o aumento da taxa de lucro, através do pleno emprego, com maior produção e consumo, e incentivo nas políticas sociais. O capitalismo viveu esta fase gloriosa aproximadamente 30 anos, os chamados “anos dourados”.

Em 1970 este modelo de Estado de Bem Estar Social entra em crise. Ocorre agora uma superprodução de mercadorias e desemprego estrutural em virtude da incorporação da revolução

tecnológica, fazendo com que aumentasse progressivamente o exército industrial de reserva. Mészáros (2011) sinaliza que a crise de 1970 não se trata, apenas, de uma crise de superprodução, mas sim como uma crise de ordem estrutural e sistêmica, visto que acentua o caráter destrutivo do modo de produção capitalista, pondo em risco a reprodução das relações sociais.

Diante da crise, o capital procura novas estratégias pra recuperação da taxa de lucro. Entra em crise ainda neste período o modelo de produção taylorista-fordista. O modo de produção taylorista foi um sistema de organização industrial, desenvolvido por Frederick Taylor, economista e engenheiro mecânico. O principal objetivo desse modo de produção era aperfeiçoar as tarefas desempenhadas na empresa, através da organização e divisão dos trabalhadores, aumentando a eficiência operacional na empresa. Ocorria a divisão do trabalho especializado, priorizando a melhoria das condições de trabalho para o trabalhador e também proporcionava incentivos e recompensas salariais com o intuito de motivar os trabalhadores e aumentar a produtividade.

Com o passar do tempo, esse modelo foi ficando relegado o segundo plano, entrando em cena o Fordismo. Sua principal característica era a produção em massa, buscando reduzir ao máximo os custos de produção e baratear o produto, podendo vender para um maior número de consumidores. Cada funcionário executava uma pequena etapa da produção e não era necessária uma mão de obra muito qualificada, já que cada trabalhador executava apenas uma parte da produção, sem conhecer as outras partes que formam o produto final.

O fordismo logrou êxito durante certo período, porém também entrou em declínio com o surgimento de outro modelo, o Toyotismo. Criado no Japão pelo engenheiro japonês Taiichi Ono. Ocorre agora o contrário ao fordismo, a mão de obra é qualificada, os trabalhadores são treinados para conhecer todos os processos de produção, podendo atuar em diversas etapas do processo produtivo. Não se tem mais produção em massa, com a aplicação do sistema Just in Time, ou seja, produzir somente o necessário, no tempo e na quantidade necessária. A produção é ajustada de acordo com a demanda do mercado (GOUNET/2002).

O Toyotismo se opõe à rigidez fordista, com métodos flexíveis de organização do trabalho e dos trabalhadores, todos os países capitalistas vão aderir a este novo modelo de flexibilização, o que ocorre nos dias atuais.

Percebemos então que o sistema capitalista sempre busca novas e melhores formas para sua expansão e acumulação. A preocupação central é sempre o lucro, a melhor forma de extraí-lo. Quando um modelo de produção entra em declínio, surge sempre outro e mais outro, do contrário o modo de produção capitalista não lograria tanto êxito durante décadas. A busca é sempre contínua por melhores formas de extração da mais-valia. É sempre através da força de trabalho que é extraído o excedente, a mais-valia, gerando o processo de valorização do capital. O sistema

capitalista se transforma, entra em crise, porém seu objetivo central nunca muda, nem tem a pretensão de mudar, que a busca pela expansão e acumulação do lucro, como veremos no próximo tópico.

2.2 Neoliberalismo e suas implicações para a classe trabalhadora

Foi necessária esta breve volta ao passado para entender como e porque o capitalismo atua de tal forma. Percebemos que em meio às crises dos modelos de produção é onde o capitalismo se recicla. Como todo modo de produção ocorre auges e declínios. E estas crises são inerentes ao sistema de produção capitalista. Através delas o capital reorganiza suas estratégias de produção e reprodução social.

Quando se expressa uma crise é em decorrência de um desequilíbrio entre produção e consumo, comprometendo a transformação da mais-valia em lucro, e afetando o processo de produção/acumulação/consumo. As crises expressam ainda mais as contradições do modo de produção capitalista, culminando na redução da capacidade de consumo, queda da taxa de lucro, estagnação das mercadorias, entre outros fatores negativos.

[...] em conjunturas de crise a principal tarefa das classes dominantes passa a ser de exigir contra tendências à queda da taxa de lucro. Nesse processo devem intensificar os métodos de trabalho, modificar as formas de vida operária e, principalmente, engendrar as bases políticas e sociais de uma iniciativa que permita às classes tornas seus interesses particulares em universais, isto é, válidos para todas as classes (BRAGA, 2003, p.217).

O pensamento neoliberal surgiu pouco depois da Segunda Guerra mundial, com oposição crítica ao pensamento intervencionista keynesiano, que se consolidava nas práticas políticas dos governos norte-americano e europeu. O objetivo de combater o keynesianismo através do economista austríaco Friedrich Hayek e pensadores simpatizantes que avançava no pós-crise 1929. Somente na década de 1970, quando se tornou visível o fim do fordismo e a ascensão da acumulação flexível como solução para a crise do sistema.

A Hegemonia do neoliberalismo inicia-se com a ascensão de Margareth Thather na Inglaterra em 1979, de Reagan nos Estados Unidos em 1980, de Helmut Khol na Alemanha em 1982. E nos outros países assumiram a concepção neoliberal a partir da década de 80,

onde se iniciou o auge do neoliberalismo no sistema capitalista ocidental. Na América Latina o Neoliberalismo se iniciou somente no fim da década de 1980.

O neoliberalismo figura-se como novo liberalismo, a base permanece a mesma, com crescimento desigual, concentração de renda e exclusão social, só que vestida com uma nova roupagem, camuflando tais interesses de desigualdade. É a mesma teoria atuando em momentos históricos diferentes. Os neoliberais acreditavam que para combater a crise, era necessário um estado mínimo para a classe trabalhadora e máximo para o capital. Era necessário controlar o poder dos sindicatos, diminuir os gastos sociais, diminuir de forma significativa a intervenção do Estado na economia (ANTUNES/1999)

Dessa forma, intensificam-se cada vez mais as desigualdades sociais, precarização e exploração da força de trabalho. Não podemos esquecer-nos de mencionar o tripé neoliberal, que é a base da ideologia neoliberal, pautada na privatização, desregulamentação e flexibilização. Estes três aspectos são novas formas que o capital cria e recria para sua expansão e acumulação, inerentes ao movimento da globalização. O grande capital programa a modificação das regulações estatais visando claramente à liquidação dos direitos sociais com a desregulamentação, liberando a tutela do Estado como garantidor dos direitos sociais, incorporando cada vez mais o antiestatismo, colocando para a sociedade civil as responsabilidades do Estado, e isto abre espaço para o terceiro setor, com a expansão das ONG's.

Diante destas medidas de ajuste de flexibilização, desregulamentação e privatização, custam ao trabalhador o desemprego, o aumento da exploração, a fragilização da seguridade e das políticas sociais, aumentando ainda mais as desigualdades inerentes ao sistema vigente. O objetivo destas medidas é abrir capital, privatizar empresas estatais, terceirizar, demitir trabalhadores e aumentar a produtividade em 100%. Assim a massa da força de vendedores de trabalho fica relegada a segundo plano, perdendo cada vez mais sua legitimidade de conquistas e direitos (SANTOS, 2012).

Nos últimos trinta anos o modo de produção capitalista vem sofrendo constantemente diversas transformações, transformações estas, que não modificou a sua essência exploratória da relação capital x trabalho, como já foi dito anteriormente, pelo contrário, cada vez mais vem se intensificando e inovando novas formas de exploração dos vendedores da força de trabalho. As resultantes dessa intensificação podem ser: as prolongadas jornadas de trabalho, para aqueles que ainda mantêm seus empregos; a intensificação do trabalho; a defasagem entre a disparidade do crescimento das rendas do capitalista e o crescimento da massa de

trabalhadores desempregados, culminando gradativamente para a desigualdade e exclusão social.

É notório então que o modo de produção capitalista só tem a oferecer soluções barbarizantes para a vida social. Não existe uma única solução, por mais mínima que possa parecer que esteja voltada para a qualidade de vida e de trabalho dos trabalhadores. Essa lógica destrutiva de não poupar nada pela sua frente, com o único intuito de lucrar mais e mais, caminha apenas para a destruição da vida social, cultural e ambiental, com esta economia do desperdício que provoca crimes ambientais em nome da sua ideologia de acumulação de lucro (ANTUNES/2012).

O modo de produção capitalista sempre levará consigo sua marca legitimada pela desigualdade, a “liberdade” e a “igualdade” do trabalhador só existem no ato da venda de sua força de trabalho, tornando-se o trabalhador absolutamente desprotegido, em termos de escolha no processo e nas condições de trabalho.

Com as conquistas do tripé neoliberal, das medidas de ajuste com a privatização, flexibilização e desregulamentação, os desdobramentos para a classe trabalhadora se revelam somente na desproteção de seus direitos e conquistas. Tais medidas de ajuste nada mais são do que a criação de facilidades para o processo de acumulação do capital. A privatização das estatais é uma forma de desresponsabilizar o Estado das suas funções, não sendo mais garantidor de direitos trabalhistas e sociais. A terceirização é um mecanismo que permite ao capital a busca incessante pelo menor custo. Graças aos avanços tecnológicos, é possível hoje, fragmentar a produção de uma mercadoria, sendo executada uma parte em um continente e a outra parte em outro, sendo buscando o menor custo e visando o maior lucro.

Esse trabalho flexível enfraquece a forma contratual de trabalho com carteira assinada e proteção social, substituindo por formas aparentemente autônomas, como as cooperativas, o dono do seu próprio negócio, o trabalho domiciliar, a prestação de serviços, o trabalho parcial, temporário, entre outros, transferindo assim custos variáveis e fixos para o trabalhador e o mais importante, destituindo os direitos sociais dos mesmos. Já que o objetivo fundamental do modo de produção capitalista é a sua reprodução e não o atendimento das necessidades humanas (MESZÁROS/2011).

O problema central não está em vender a sua força de trabalho, pois é inerente ao modo de produção de nossa sociedade, aqueles que vendem sua força de trabalho e aqueles que compram a força de trabalho. O problema está nas condições que essa força de trabalho é vendida, ou ausência de condições, para melhor explicitar. Sem proteção social, com longas

jornadas de trabalho, desproteção social, econômica, falta de bem-estar, rebaixamento dos salários.

Qualquer mercadoria em excesso tem o seu preço rebaixado. Não é diferente com a força de trabalho. O fato de existir muita força de trabalho disponível coloca os trabalhadores numa condição defensiva e subordinada em relação ao capital. Assim o capital se aproveita das condições desfavorável dos trabalhadores, para colocar em prática sua exploração predatória, então o trabalhador vende sua força de trabalho por mais instável e eventual que seja essa ocupação, tomada como emprego.

Outro fator importante que vem ocorrendo devido a expansão da globalização, é que cada vez menos o capital necessita dessa força de trabalho vivo, substituindo pelo uso das máquinas e tecnologias, já que proporciona maior custo benefício as necessidades de valorização do capital, implicando no desemprego de milhares de trabalhadores.

A desigualdade é inseparável da pobreza e da falta de emprego, em uma sociedade de desigualdade como a que vivemos. É impensável o pleno emprego, então aqueles que não atendem aos ditames impostos pelo sistema capitalista, ou não encontram espaço para vender sua força de trabalho com melhores condições de trabalho, vê na atividade de catação de materiais recicláveis uma oportunidade de renda, e trabalho honesto. No tópico seguinte enfatizaremos os efeitos do capitalismo industrial para o meio ambiente.

3. QUESTÃO AMBIENTAL: IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS ACERCA DA COLETA SELETIVA

O artigo 225 da Constituição Federal brasileira assegura a todos os humanos o direito e proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem coletivo. Indicando ainda o dever de defesa deste meio para as presentes e futuras gerações. Acrescenta-se ainda por meio da Constituição Federal, primar pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a manutenção da qualidade sendo fundamental a observação voltada à proteção do meio ambiente enquanto espaço de vida humana, ou seja, onde o objeto da tutela é o homem na sua relação com o meio (ARAUJO, 2004, p. 32).

Porém, o cenário que vivenciamos é bem diferente do assegurado pela constituinte. A degradação do meio ambiente vem aumentando cada vez mais e tem sido alvo de preocupação de órgãos, instituições governamentais, além das comunidades, seus representantes e a

sociedade civil em geral. A preocupação sobre a geração do resíduo e o impacto que este causa ao meio ambiente, alterando a qualidade de vida no planeta.

Vivemos hoje um momento delicado em relação às questões ambientais. O nosso planeta dá sinais evidentes de que não aguenta mais o ritmo desenfreado de consumo e maus tratos. A poluição ambiental em algumas localidades chega a provocar deformidades e problemas de saúde nos respectivos locais. Muitas destas deformidades prejudicam o clima, a vegetação, a água, entre outros. Devido a grande quantidade de gases poluentes lançados na atmosfera diariamente, sendo isto o resultado da forma de vida exagerada e nada consciente do ser humano. Pois, quando agredimos o meio ambiente, mesmo sem intenção, em alguns casos, estamos agredindo diretamente a nós mesmos e a planeta inteiro. Outro fator que prejudica muito a natureza é a devastação das florestas naturais do planeta e a poluição o que altera profundamente o ecossistema(WELLEN/2012).

A poluição já é conhecida da humanidade desde os primórdios da civilização, quando o homem descobriu o fogo, e ao longo dos anos foi se transformando e aperfeiçoando, com formas mais agressivas.

Com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, a poluição passou a ser o principal problema ambiental. O planeta não estava preparado para tantos impactos negativos da industrialização, da urbanização e do consumismo no mundo moderno. Com isso o ambiente natural foi sendo modificado pelo homem para atender as “necessidades” da sociedade capitalista (ROHEM/2004).

As indústrias e a urbanização trazem consigo diversos problemas ambientais, como por exemplo, a grande produção e acúmulo de lixo (descartado de maneira errada, como abordarei nos próximos tópicos), o volume de esgotos, lançamento de gases na atmosfera, desmatamento, poluição das águas, entre outras infinidades de fatores negativos de poluição e degradação ambiental.

As empresas e indústrias são a máquina da sociedade, sejam elas de grande ou pequeno porte. Movimentam a economia, geram empregos, promovem desenvolvimento, criam novos hábitos, entre outros aspectos, agregam valores ao conjunto da sociedade. Assim essas empresas passam a ser sustentáveis, passam a ter qualidade nas ações desenvolvidas. Devido a preocupação dos impactos negativos que algumas causam, com isso o Estado atribui incentivos e isenções fiscais para aquelas que visam a sustentabilidade das ações. Além do mais, recebem admiração do mercado e os funcionários ficam satisfeitos em fazer parte de uma empresa sustentável, e também os consumidores que se preocupam com este tipo de empresa. Assim estas empresas contribuem de forma positiva com a sociedade e encontram

na sustentabilidade uma melhor qualidade de vida para todos, gerando custo benefício no setor econômico, ambiental e social (MAGERA/2013).

Porém, esta postura de sustentabilidade ainda não é bem aceita por algumas empresas. Muitos empresários acreditam que, promovendo a sustentabilidade na empresa irá gerar aumento nos custos, causando prejuízos desnecessários, podendo atrapalhar o bom funcionamento dos negócios. Todavia, essa visão vem se modificando aos poucos, pois os consumidores em geral estão cada vez mais conscientes de práticas sustentáveis e começam a pressionar, exigir modelos mais sustentáveis, para que possam consumir seus produtos.

3.1 O que é sustentabilidade? Como podemos adotar uma vida sustentável?

Mas afinal, o que é sustentabilidade? Etimologicamente, a palavra sustentável tem origem no latim “sustentare” que significa sustentar, apoiar e conservar. O conceito de sustentabilidade está normalmente relacionado com uma mentalidade, atitude ou estratégia que é ecologicamente correta e viável no âmbito econômico, socialmente justo e com diversificação cultural.

Para colocar em prática formas sustentáveis, não é necessário ir muito longe, coisas simples no nosso dia-a-dia fazem toda diferença, são pequenas mudanças nos hábitos, que podem causar grandes impactos positivos para nosso planeta. Estando ao alcance de qualquer pessoa e de qualquer classe social estas “novas práticas” ou “práticas sustentáveis” (MAGERA/2003).

Estas “novas práticas” são simples, podemos promovê-las entre nossos familiares, vizinhos, amigos. Pode ocorrer desde a construção ou reforma da nossa própria casa, economizando água, energia e utilizando material de construção de empresas que também buscam uma postura sustentável. Até na escolha de móveis construídos com madeira reciclada, oriunda de reflorestamento ou com extração certificada e garantia de origem, tratar seu esgoto corretamente, não queimar lixo e outros detritos, reciclar o lixo orgânico, transformando em adubo se possível, captar água da chuva para utilizar no lugar onde a água potável possa ser desperdiçada, utilizar produtos de limpeza menos agressivo e totalmente biodegradável, evitar o desperdício de água nas tarefas de casa, utilizar menos o ar condicionado, entre outras tantas atitudes simples, mas que fazem toda a diferença para a recuperação dos danos que nós mesmos fazemos ao nosso planeta (MENDES/1996).

Vale salientar, que o consumo faz parte da sociedade em que vivemos. O problema central não está no consumo, e sim nos padrões e efeitos, do consumo exagerado e as formas

incorretas de descarte dos materiais. A diferença entre o necessário e o desnecessário. O consumo de forma consciente é benéfico, uma vez que supre as necessidades individuais de alimentação, habitação, desenvolvimento da sociedade. O problema está no consumo de forma inconsciente, onde não tem a preocupação com a preservação ambiental, acarretando enormes prejuízos para o mesmo.

Para tanto, é necessário uma educação ambiental que conscientize as pessoas a cuidarem do mundo em que vivem, com mais qualidade de vida e equilíbrio entre o homem e o meio. É necessário repensar novos conceitos de preservação ambiental, qualidade de vida, que todos desejam, mas pouco faz. Pensar numa nova forma sustentável, é pensar no presente e no futuro, é pensar no mundo em que se deseja viver, contribuindo para uma melhor qualidade de vida para todos, com consciência e preservação ambiental. Dentre as alternativas para preservação do meio ambiente, temos a reciclagem, como veremos a seguir.

4. O SURGIMENTO DA ATIVIDADE DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Segundo dados do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), os catadores estão em atividade desde os anos 50, ou até mesmo antes, vivendo excluídos e explorados. Embora vivam nestas condições, também estão buscando meios de sair desta condição, como uma forma de resistência a esta realidade que se impõe desde então. Busca na atividade de catação de materiais recicláveis uma forma de sobrevivência e fonte de renda, enxergam o “lixo” com um olhar diferenciado do que a maioria das pessoas enxerga como uma oportunidade de trabalho, de profissionalização.

Segundo o censo do IBGE, a Paraíba possuía em 2010 um total de 10.445 catadores e catadoras. No entanto, estima-se que esse número esteja bem aquém da realidade, já que o censo é uma pesquisa domiciliar e declaratória e muitos não registram as informações de trabalhadores que não possuem endereço fixo. Por vezes, a pessoa que exerce a catação tem outra atividade e não declara a atividade de catação, como sendo sua principal, até mesmo por falta de informação, por achar que a atividade de catação não é profissão, ou mesmo por vergonha.

Atualmente estima-se que há, aproximadamente, 500 mil catadores (formais e organizados), espalhados por 79% dos municípios brasileiros, dentre esses ainda é possível observar a presença de crianças, atuando em ruas, lixões, aterros e galpões de triagem. Estes

trabalhadores ao longo do dia, coletam, separam e vendem o material descartado por vários catadores/as. Segundo o MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis muitas vezes aqueles que trabalham de forma isolada não conseguem bons preços para seus resíduos.

De acordo com Abreu (2001), apesar da inexistência de dados atualizados confiáveis sobre o contingente de catadores no país, pode-se considerar significativo o resultado da atividade de catação, pois os catadores são responsáveis por grande parte do material que alimenta as indústrias de reciclagem no Brasil.

Um perfil que pode ser facilmente traçado, é que esses trabalhadores que estão desempregados que pela idade, condição social ou baixa escolaridade, encontram uma grande dificuldade de espaço no mercado de trabalho. Existem ainda alguns poucos mais escolarizados que também não conseguem esse espaço no mercado de trabalho, que busca cada vez mais uma mão de obra qualificada e apta para trabalhar com as novas tecnologias da era digital. Nesse perfil existem também homens e mulheres com história de vida marcada pela violência, pelo sofrimento e pelo preconceito, que quando encontram alguém que queira comprar sua força de trabalho, está disposta a vender a qualquer preço e a qualquer custo. No caso dos/as catadores/as de materiais recicláveis vendem aos conhecidos sucateiros ou atravessadores, ou mesmo “donos de lixões”, que exploram a sua força de trabalho e compram os resíduos a preços muitos inferiores aos do mercado (MAGERA/2003).

Nos dias de hoje, mesmo com todos esses pontos negativos da atividade de catação de materiais recicláveis, os/as catadores/as começam a conquistar mais respeito devido à persistência, ao esforço de sua luta, ao envolvimento político e a sua organização, que iremos abordar com mais detalhes nos próximos tópicos.

Esses trabalhadores possuem uma importância significativa no processo de reciclagem dos resíduos e de vida dos produtos. Homens e mulheres, jovens e idosos, que através do seu trabalho, impedem todos os dias que toneladas de resíduos recicláveis sejam despejadas de forma incorreta, é o principal de tudo, participam da cadeia produtiva capitalista, já que seu trabalho gera lucro, possui valor de uso e troca.

Existe uma perspectiva histórica de que no Brasil a reciclagem do papel tenha se iniciado exatamente com o advento da industrialização, após a década de 1920, tendo se constituído no primeiro tipo de resíduo a ser reciclado. Dessa época também há registros de imigrantes espanhóis que trabalhavam como compradores de sucata no bairro do Brás, em São Paulo. As famílias acumulavam sucatas em seus quintais, principalmente garrafas e materiais ferrosos, revendendo-os ou trocando-os com os sucateiros. O catador antes era

conhecido como garrafeiro, andarilho, rampeiro, margarida, xepeiro, boia-fria do lixo ou agente ambiental. A mudança no perfil deste trabalhador no decorrer do século passado ocorreu devido ao crescimento das cidades e ao modelo consumista que a sociedade capitalista transmite, alterando significativamente a quantidade de resíduos gerados, já que há um grande excesso de resíduo descartado. O aumento do desemprego e da informalidade também são fatores importantes que culminam conseqüentemente para o aumento das atividades de catação de materiais recicláveis (WELLEN/2012).

Nas últimas décadas, o Brasil mudou seu tipo de resíduo tanto em quantidade e qualidade, como em volume. Além do papel e da sucata, ganha espaço outro tipo de reciclável, as embalagens. Por terem vida curta no ciclo do consumo capitalista, muitas não chegam a ter mais que 60 anos de vida. Só no Brasil são movimentadas mais de sete milhões de toneladas de embalagens por ano, representando mais de sete bilhões de dólares anuais.

O crescimento da atividade de catação está concomitantemente ligado com níveis de extrema pobreza, adultos e crianças que vivem nos lixões ou nas ruas em busca de comida, mas principalmente em busca de resíduos recicláveis, para vender, garantindo sua sobrevivência.

4.1 Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: conquista de espaço e organização de trabalho

Segundo a Lei Cooperativista 5.764, de 16/12/71, a cooperativa é uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados. Pode ser então, uma associação voluntária de no mínimo 20 pessoas, sem fins lucrativos, porém com fins econômicos, que exercem uma mesma atividade para realizar objetivos comuns, onde todos contribuem de forma igualitária, com crescimento de todos e para todos. Todos aceitam assumir os riscos e benefícios do empreendimento.

A cooperativa tem dupla natureza, ao mesmo tempo é uma entidade social, um empreendimento financiado e administrado coletivamente, a serviço de seus associados, é também uma empresa, estando voltada para o mercado, sendo eficiente e eficaz nas relações intercooperativas, e sem se deixar levar pela lógica de acumulação capitalista. O ponto de equilíbrio é fundamental para o seu sucesso.

Robert Owen é tido como precursor do cooperativismo, por volta de 1844 na Inglaterra. Somente no ano de 1851, é que a idéia de formação de uma organização dessas sociedades se efetivou com a realização de um congresso nacional no qual se reuniram 44 cooperativas. As cooperativas começaram a surgir por todos os lados da Inglaterra e países vizinhos. Surge a necessidade de reunir os interesses comuns através de uma entidade em nível mundial, nasce então a ACI – Aliança Cooperativa Internacional.

Cooperativa então é uma sociedade de pessoas e não de capital, não está voltada ao lucro, embora tenha fins econômicos sociais. Seus princípios estão pautados na reciprocidade, reunião de interesses comuns, auxílio-mútuo, autogestão e solidariedade.

No caso das cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis é de fundamental importância que estes princípios estejam sempre presentes e principalmente vividos entre os membros da cooperativa. Os/as catadores/as de materiais recicláveis começaram a ganhar visibilidade, através do apoio de políticas e ações no gerenciamento dos resíduos sólidos apoiadas por governos, organizações não governamentais, instituições sociais incubadoras, universidades, entre outros. Assim começaram a surgir alternativas para fortalecer os catadores e conseqüentemente sua autogestão (WELLEN/2012).

Mesmo com apoio os catadores/as enfrentam inúmeras dificuldades e revelam a necessidade de uma capacitação técnica com assessoria que ajude a organizar e orientar suas atividades, para melhor funcionamento da cooperativa.

Com a reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, que não tem espaço para todos no mercado de trabalho, culmina na presença maciça de trabalhadores informais, que mesmo na atividade de catação se deparam com estas dificuldades, pois ocorre baixa participação de empresas privadas e uma participação pouco significativa dos poderes públicos, em programas de coleta seletiva, apesar de já estar abrindo espaço para programas de incentivos a coleta seletiva, porém ainda é pouco significativo.

A atividade de catação possui ainda muitas dificuldades, diante dessas dificuldades os/as catadores/as de rua, procuram se organizar em associações e cooperativas, a fim de obter mais força, trabalhando coletivamente, e também adquirir um maior volume de material e conseqüentemente preços mais altos dos materiais coletados. A cooperativa busca satisfazer não apenas a necessidade de consumo, mas também necessidades sociais e educativas. A cooperativa é acima e tudo, uma oportunidade de resgate da dignidade humana.

4.2 Os/As catadores de materiais recicláveis: organização, lutas e conquistas

De acordo com Magera (2003) e Miura (2004 Apud MEDEIROS; MACEDO 2006), a partir da década de 1980 os/as catadores/as começaram a se organizar em cooperativas e associações, na busca pelo reconhecimento dessa atividade como profissão. Na década de 90, com o apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, foram promovidos encontros e reuniões em vários locais do país e foram surgindo novos parceiros, a exemplo da Caritas Brasileira e a Federação das Associações de reciclagem do Rio Grande do Sul.

Um marco que possibilitou o ganho de legitimidade da profissão foi o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que começou a surgir em 1999, com o 1º Encontro Nacional dos Catadores de Papel. Em 2001 ocorreu o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que reuniu mais de 1.700 catadores, lutando por direitos em diversas regiões do Brasil. Nesta ocasião foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades dos/as catadores/as. Em 2003 reuniu diversos catadores/as e divulgou a Carta de Caxias, que difunde a situação dos catadores da América Latina, unificando a luta entre os países. O MNCR começa a mostrar sua força nacionalmente com as articulações regionais.

O MNCR é um movimento social e político que visa a organização e valorização dos/as catadores/as. Seu objetivo é garantir o protagonismo popular dos/as catadores/as e tem por princípio garantir a independência da classe, que dispensa o discurso de partidos políticos, governos e empresários falando em nome dos/as catadores/as. O MNCR acredita na ação direta popular e a participação efetiva do trabalhador em todas as dimensões que envolvem sua vida, sendo atores da sua própria história.

Vale ressaltar também outro marco de grande importância para a luta dos/as catadores/as de materiais recicláveis foi a conquista do reconhecimento como categoria profissional, oficializado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO – BRASIL/2002). A CBO é um documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. O catador/a de material reciclável possui o número 5192-05 como código (BRASIL/2002) e também pode ser denominado, segundo a CBO, como catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata e triador de sucata, ambos trabalhando em cooperativa.

Com o surgimento do MNCR ampliou-se a luta dos/as catadores/as por uma vida digna e conseqüentemente a necessidade de adquirir novas habilidades. O trabalho de coleta

de resíduos recicláveis significa garantir alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência. Pela sua capacidade de articulação e pela conquista do reconhecimento como categoria profissional, oficializada na CBO, os/as catadores/as se fizeram presentes no processo de debate da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Possibilitando cada vez mais a participação destes trabalhadores na construção dos planos municipais e estaduais de gestão de resíduos.

4.3 Políticas públicas e outros aparatos legais

No âmbito federal existem quatro instrumentos principais que devem ser destacados: a Lei Federal nº 10.257, de 10.07.2001, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Lei Federal nº 11.445, de 05.01.2007 e o Decreto Federal 5.940, de 25.10.2006.

A primeira política pública é também conhecida como Estatuto das Cidades, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental. Para isso tem como instrumento plano de ordenação do território e do desenvolvimento econômico e social, o conhecido Plano de Gerenciamento, Plano de Gestão ou Plano Diretor.

A segunda política pública que após quase vinte anos de tramitação no Congresso, a PNRS foi aprovada em março de 2010. Foi imensamente debatido por diversos setores, como universidades, estudiosos, movimentos sociais, setor empresarial, entre outros. Interessados na implementação de uma legislação que não apenas regule o funcionamento desta área, mas que institua leis que resultem em mudanças na situação dos resíduos sólidos em nível federal, estadual e municipal. (CÂMARA MUNICIPAL/2010).

Um dos instrumentos importantes desta política é sobre a obrigação do poder público, sobre a diferenciação de rejeito x resíduo. O rejeito deverá ser disposto em aterro, após a separação prévia dos resíduos recicláveis. A importância compartilhada que todos são responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos, e responsável por sua destinação de forma correta, também é de fundamental importância. A educação ambiental que se faz presente para todos, como direito e dever de todos.

A Lei Federal nº 11.445 de 05.01.2007, também conhecida como Lei do Saneamento Básico, traz todas as diretrizes para sua realização, inclusive no que diz respeito à limpeza urbana e ao manejo dos resíduos. Esta lei estabelece que o serviço público deva ser

responsável pela coleta, transbordo, transporte e triagem, bem como a varrição, capina e poda de árvore (BRASIL/2007).

O Decreto 5.940 de 25.10.2006 institui a coleta seletiva solidária em órgãos e entidade da administração pública federal, bem como a destinação a associações e cooperativas que sejam formalmente constituídas (CNPJ), que tenha na catação de recicláveis sua única fonte de renda, não possuam fins lucrativos, e com infraestrutura para o beneficiamento e apresentem sistema de rateio em sua receita. Assim no âmbito municipal e estadual, possuem suas legislações específicas, pautadas sob as leis federais.

5. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/AS CATADORES/AS DE MATERIAIS REICLÁVEIS: ASPECTOS NEGATIVOS QUE COMPROMETEM A SAÚDE DESTES TRABALHADORES

De acordo com Carvalhes & Vilhena (2001), reciclagem significa poupar matérias primas e energia. Reciclar é uma das formas concretas de preservar o meio ambiente. Uma das formas, pois este processo também produz resíduo. Como já foi dito os/as catadores encontram na atividade de catação de materiais recicláveis sua fonte de renda e trabalho. Mas que condições de trabalho estes indivíduos têm? É inegável que gera renda para os mesmos, mas a que custo? Quais os impactos negativos deste trabalho para a sua saúde?

Sem dúvida, o desemprego, a pobreza e a exclusão são expressões de uma sociedade marcada por contradições, ocorre uma grande disparidade daqueles que possuem os meios de produção e daqueles que só tem sua força de trabalho para vender. A enorme concentração de renda, nas mãos de poucos, onde muitos nada possuem, e poucos possuem muito, gera uma massa de trabalhadores que vivem da sua força de trabalho e vendem a qualquer custo, por questões de sobrevivência. A lei da concorrência gera estes disparates, em que se um trabalhador não quer vender sua força de trabalho por x, tem uma fila de outros trabalhadores querendo ocupar esta vaga.

O catador efetiva suas atividades laborais em condições sub-humanas. Seu trabalho se traduz no lixo, no que é descartado pela sociedade. O trabalho precário, em condições insalubres, muitas vezes em ambientes sujos, com muitos insetos, um trabalho mecânico, pesado e repetitivo, ocasionam a estes trabalhadores doenças e lesões e ficando a mercê da ausência de condições de trabalho, como afirma Rohem (2004, p. 135):

O fato de trabalhar em um ambiente sujo e insalubre, catando materiais recicláveis entre detritos contidos no lixo, torna o catador sujeito a um processo de desvalorização de sua condição humana, que implica em um processo de nova aceitação e de desrespeito, por parte da sociedade, que não os reconhece como pertencentes ao mundo dos cidadãos, que merecem crédito ou confiança.

Os/as catadores/as de materiais recicláveis vivem do descarte dos recicláveis, estigmatizados por viver do que a sociedade rejeita: humilhados, desprotegidos, invisíveis pela sociedade e desamparados dos direitos sociais, excluídos do mercado formal de trabalho, sobrevivendo diariamente da catação de recicláveis.

As relações estabelecidas pelos trabalhadores catadores/as de materiais recicláveis com sua atividade implicam, na produção social do processo saúde/doença. As condições insalubres do trabalho a que estão submetidos cotidianamente tais trabalhadores, os colocam em numa condição de constantes riscos a sua saúde, considerando-se que esta é socialmente produzida, conforme destaca (Mendes/1996).

Os catadores/as de materiais recicláveis estão inseridos num ciclo econômico altamente rentável, mas não para eles, uma vez que o material reciclável gera lucro e valor no seu ciclo. Segundo estudo do IPEA (2010), no Brasil a indústria de reciclagem movimentava cerca de R\$ 12 milhões por ano. Mesmo assim, o país perde em torno de R\$ 8 bilhões anualmente por deixar de reciclar os resíduos que são encaminhados para os lixões ou aterros sanitários.

Segundo informações do governo federal, o Brasil é o maior líder mundial em reciclagem de embalagens de agrotóxicos, e indicam que nos últimos 13 anos, o país reciclou mais de 246 mil toneladas de embalagens. O Brasil recicla 80% das embalagens de agrotóxicos, enquanto outros países não conseguem alcançar 75% (PORTAL BRASIL,2012).

Vale ressaltar que os/as catadores/as desenvolvem uma atividade de fundamental importância para o mercado, porém não é dada a devida importância à figura destes trabalhadores que seu contexto de trabalho é caracterizado pela ausência total de proteção social, levando-os a uma posição de risco social e de saúde.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) a saúde não é mera ausência de doença, é o conjunto de determinantes biológicos, econômicos, culturais e sociais. Levando em consideração as condições precárias de trabalho a que se submetem os/as catadores/as de materiais recicláveis convivem diariamente com produtos químicos, cortantes, contaminados, animais, que levam a inúmeros danos a sua saúde. Sem contar que em meio a estas condições precárias e sub-humanas, as condições de trabalho são informais, sem salário, sem proteção previdenciária, o ritmo de trabalho é exaustivo, e a remuneração, bem abaixo do esperado.

Os danos à saúde física e mental são constantes, já que a atividade de catação de materiais recicláveis é ainda rejeitada e mal vista pela sociedade, apesar das suas conquistas por reconhecimento. Muitos/as deles/as tem sua autoestima baixa, são humilhados e se sentem envergonhados. A rotina do/a catador/a é exaustiva e realizada em condições precárias, colocando sua saúde em risco.

Muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas: um trabalho exaustivo visto as condições a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de duzentos quilos de lixo (quatro toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final muitas vezes explorados pelos donos de depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico, insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo (MAGERA, 2003 Apud SILVA 2009, p.39).

Um fator que merece destaque ainda, é que muitos/as catadores/as não possuem documentos de registro civil de nascimento e documentos de identificação civil, que além de ferir os princípios da cidadania, propicia a exclusão social, dificultando o acesso aos sistemas de saúde. E também por estarem desprotegidos das leis trabalhistas, não contribuindo com a previdência, muitos não terão acesso à aposentadoria futuramente.

Através da sua luta e organização como classe coletiva, os/as catadores/as já alcançaram muitas conquistas e respeito, mas ainda há um longo caminho a percorrer. É necessário que cada vez mais os/as catadores/as sejam qualificados, capacitados, que desenvolvam novos conhecimentos e competências, melhorando o nível de escolaridade, já que a grande maioria possui ensino fundamental incompleto e não são alfabetizados. Se persistirem nessa condição dificilmente conseguirá alcançar os perfis exigidos para que o seu trabalho avance na autogestão e obtenha reconhecimento.

É inegável, portanto que os/as catadores/as estão à margem do processo de exclusão, a mercê da desproteção social, política e econômica. É necessário que os governos, instituições não governamentais, empresas, possam apoiar e investir em políticas públicas para a efetivação da sua autonomia e legitimidade.

6. CONCLUSÕES

À medida que o consumo vai se expandindo concomitantemente aumenta quantidade e qualidade dos resíduos sólidos que produzimos. A figura do/a catador/a de materiais recicláveis constitui o primeiro elo do ciclo econômico da cadeia de reciclagem. Mesmo sendo uma atividade de longa data, somente em 2002 a ocupação de catador/as de matéria

recicláveis foi incluída na CBO, como já fora mencionado. Cabendo a este trabalhador desenvolver as atividades de catar, selecionar e vender os materiais recicláveis e reaproveitáveis. As atividades podem ser desenvolvidas em diferentes locais e em diferentes formas.

Percebemos, portanto, que o trabalho do catador/a de materiais recicláveis é mecânico, repetitivo, degradante e exaustivo. Aqueles que se inserem em cooperativas ou associações tem um mais de conforto, digamos, já que muitas vezes possuem algumas máquinas com o apoio do governo e instituições, que facilitam seu trabalho, mas não quer dizer que o trabalho deixe de ser exaustivo daqueles que trabalham nas ruas, em lixões, aterros, ficando ainda mais expostos ao sol, chuva, sem nenhum tipo de equipamento de proteção, estes trabalhadores determinam o seu ritmo de trabalho e posicionamento físico, pois alegam que preferem catarem sozinhos nas ruas e outros locais, alegando que a quantidade de material é maior, consequentemente maior lucro da venda, porém em contrapartida, mais expostos aos riscos e danos a sua saúde.

É importante reconhecer que o trabalho desenvolvido pelos catadores/as, apesar do estigma negativo ainda existente, é um trabalho extremamente necessário para a preservação do meio ambiente. É injusto que um trabalho tão digno que preserva o meio ambiente (que é de todos nós), seja tão mal visto ainda em nossa sociedade e com péssimas ou nenhuma condições mínimas de trabalho e proteção social.

Os diversos termos estruturantes das iniquidades sociais tais como; desigualdade, pobreza e exclusão social, têm sido confundidas e utilizadas pelo senso comum. Quando se fala em desigualdade é referente às distâncias relativas existentes entre a população os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. A pobreza pode ser entendida enquanto uma análise quantitativa dos segmentos sociais, com rendimentos considerados abaixo das necessidades mínimas. Já a exclusão social é entendida com um processo de apartação de grupos e sujeitos. Os catadores/as de materiais recicláveis estão inseridos nestes três termos (ANTUNES/1999).

Os problemas de saúde se agravam devido que muitos catadores/as trabalham em áreas precárias, muitas vezes sem sistema de abastecimento de água e de esgoto sanitário, estando expostas a carência nutricional e dependências de álcool, cigarro e drogas. Vale salientar também o precário atendimento em unidades básicas de saúde, onde muitas vezes os/as catadores/as são mal atendidos, existindo a omissão de atendimento e muitos (as) catadores (as) deixam de ir a estes espaços, por vergonha e já estarem estigmatizados a omissão do atendimento, culminando ainda mais o processo de adoecimento dos mesmos.

É inegável, injusto e constrangedor que uma atividade tão digna, com impactos tão positivos ambientalmente, socialmente e economicamente, esteja tão ligada as piores mazelas de nossa sociedade, aos piores agravantes da questão social. Tendo sua imagem marginalizada, excluída e deturpada, deve ser extinta. Estes trabalhadores devem ser reconhecidos como tal, como um trabalhador que vive da sua força de trabalho como qualquer outro, que faz parte do processo produtivo do sistema capitalista em que vivemos. É necessário um despertar de consciência da sociedade em geral, que deve reconhecer os/as catadores (as) como trabalhadores (as) e ainda mais como cidadãos, com direitos e deveres iguais.

THE IMPLICATIONS OF THE WORKING CONDITIONS OF RECYCLABLE
MATERIALS: THE NEGATIVE IMPACTS OF THE CONDITIONS OF WORK THAT
MAKE THE HEALTH OF THOSE WORKERS

ABSTRACT

This article presents a brief analysis on the formation of the activity of recycling recyclable materials, as well as their struggles and achievements as a professional category. In order to be able to better understand the selective collection, preservation of the environment and the negative impacts we are causing on it, due to the consumer society in which we live, that every day change and increase even more the uncontrolled consumption rhythm. Concomitantly, the quantity and quality of the waste that we discard, in which we do not realize that this waste generates value and income for recyclable waste pickers, and more importantly, this activity is an alternative to recover the citizenship of these individuals who see the waste of recyclable materials an opportunity for work and dignity. The majority of society may not have this look because it is still attached to prejudices and false judgments, believing that this type of activity is held by those marginalized and excluded from society and do not deserve their respect. A totally misleading view, since recyclable waste pickers are the main actors in the economic cycle of the recycling chain and the solid waste recycling activity is an economically profitable business, thus being part of the process of the capitalist system, since the recyclable materials have value of use and exchange, being part of the process of expansion and accumulation of capital.

Keywords: Work conditions. Collectors. Recyclable Materials.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: editora da Universidade Estadual.

BRAGA, R. **A reestruturação do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 2003.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Brasília – DF: Senado, 2007.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 de Nov. de 2017.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 30 de Nov. de 2017.

Marx, Karl, 1818_1883. **O Capital**: Crítica da economia política: livro II.9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MESZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**.2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAGERA, M. **Os Empresários do Lixo**: um paradoxo da modernidade. Campinas, SP: Átomo, 2003.

MENDES, E.V. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES (AS) DE MATERIAL RECICLÁVEL (MNCR). **Sobre o Movimento**, 2003. Disponível em <<https://www.mnrc.org.br/>>. Acesso em 19 de Nov. de 2017.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

ONU - Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/>>. Acesso em 24 de Nov. de 2017.

O QUE É SUSTENTABILIDADE. SIGNIFICADOS. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/sustentabilidade/>>. Acesso em: 04 de Nov. de 2017.

OSÓRIO, Sinival; PITAGUARI, L. M. B. L; CORDEIRO, S. M. A. (Org.) **A sustentabilidade da economia solidária**: contribuições multidisciplinares. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/indices.htm>>. Acesso em 22 de Nov. de 2017.

ROHEM, Ana Cristina Ribeiro. **O que a sociedade rejeita... vai se tornar obra-prima**: o trabalho dos catadores de lixo. O Social em Questão, Nº 12, p.119 – 147, Segundo Semestre de 2004.

SANTOS, Josiane Soares **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras expressões, 2012.